

TESTE DA DESINFORMAÇÃO

Plataformas demoram a reagir a alertas, e fake news seguem em expansão nas redes

sonar

A ESCUTA DAS REDES

MARLEN COUTO E LUCAS MATHIAS
politica@oglobo.com.br

Em meio à pressão para barrar a circulação de notícias falsas, plataformas de redes sociais disponibilizaram ferramentas que permitem aos usuários denunciar as publicações, mas a demora na reação tem permitido que as mensagens sigam no ar, sem avisos sobre o teor enganoso — e ganhando impulso mesmo depois das comunicações. O GLOBO testou os mecanismos criados por Facebook, Instagram e Twitter em 20 postagens com desinformação sobre saúde e política, entre 26 de janeiro e 3 de fevereiro. As redes agiram até as 18h de sexta-feira com rótulos de mensagem enganosa ou remoção de conteúdo em apenas quatro casos — em um deles, após a identificação de que se tratava de uma reportagem.

Os outros 16 posts seguem no ar, sem qualquer alerta. Nesse grupo, sete receberam links para sites de instituições ligadas aos temas citados, como o Ministério da Saúde e a Justiça Eleitoral, e textos reforçando a segurança de vacinas, mas sem afirmar que são conteúdos desinformativos.

Entre as publicações que permanecem online, sem selos de mensagem enganosa, estão conteúdos dos deputados federais Bia Kicis (PSL-DF), Carla Zambelli (PSL-SP) e Filipe Barros (PSL-PR) e do ex-senador Magno Malta. Na maioria das postagens, são lançadas dúvidas sobre a eficácia de vacinas contra o coronavírus — há também associações falsas entre a aplicação do imunizante, mortes e efeitos colaterais.

Em um dos casos, por exemplo, Bia Kicis usa um site americano que se apresenta como conservador para divulgar dados sobre “doenças graves” decorrentes da vacina — cientistas são unânimes em afirmar que a imunização contra a Covid-19 é segura. Já Carla Zambelli afirma que tem “imunidade maior” do que a conferida por vacinas — também há consenso entre pesquisadores de que o meio mais eficaz para conquistar imunidade é receber as doses.

No caso de Filipe Barros, as postagens são relacionadas às urnas eletrônicas. Em quatro delas, três no Twitter e uma no Facebook, há afirmações de que a votação no Brasil não é confiável e de que as urnas eletrônicas não são auditáveis, o que já foi diversas vezes rebatido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Professor de Estudos de

RESPOSTA LENTA

O GLOBO denunciou, em ferramentas disponíveis no Facebook, Instagram e Twitter, 20 conteúdos trazendo desinformação sobre política e saúde

Em 3 casos, as plataformas incluíram selos de mensagem enganosa.

Em 1 caso, o perfil foi removido.

- CONTEÚDO
- AÇÃO DA REDE
- IMPACTO

Plataforma: Facebook

Perfil: Bia Kicis

A deputada compartilhou um vídeo em que um homem que se apresenta como Robert Malone e se diz inventor das vacinas de mRNA afirma que os imunizantes não estão funcionando e não são completamente seguros

O Facebook incluiu selo de “informação parcialmente falsa”

Quando o GLOBO fez a denúncia, a postagem registrava **4,9 mil** compartilhamentos e **6,9 mil** curtidas. Em seguida, somou mais **7 mil** compartilhamentos e **9,1 mil** curtidas, além de totalizar **110 mil** visualizações de vídeo

Plataforma: Facebook e Instagram

Perfil: Magno Malta

O ex-senador defende, em um vídeo, que crianças não devem ser vacinadas contra Covid-19 e lança dúvidas sobre a segurança dos imunizantes

Após contato do GLOBO, o Facebook incluiu selo de mensagem parcialmente falsa dez dias depois da denúncia. Já o Instagram não incluiu selo para o mesmo conteúdo

Até a denúncia do GLOBO o vídeo contava com **74 mil** visualizações no Facebook. Em seguida, somou mais **71 mil**, chegando a **145 mil** visualizações. No Instagram, o vídeo teve mais **69,7 mil** visualizações após a denúncia

Plataforma: Facebook e Instagram

Perfil: Filipe Barros

O deputado compartilhou um vídeo de uma entrevista em que se afirma que as urnas eletrônicas não são auditáveis

A postagem continuou no ar e não foi incluído selo de desinformação

Até a denúncia do GLOBO, o vídeo somava **2,2 mil** visualizações no Facebook. Em seguida, chegou a registrar **104 mil**

Plataforma: Twitter

Perfil: Revista Oeste

A postagem diz que, segundo o CDC dos EUA, há 12 mil mortes relacionadas a vacinas contra Covid-19

A publicação recebeu selo de mensagem enganosa

O número de curtidas e compartilhamentos **não ficou mais disponível** após ação da rede

Plataforma: Twitter

Perfil: Usuário comum

Reproduz vídeo em que se afirma que há 21 mil casos de miocardite nos EUA causados pelas vacinas

A postagem continuou no ar e não foi incluído selo de desinformação

O vídeo teve mais **6 mil** visualizações após denúncia do GLOBO

Plataforma: Twitter

Perfil: Bia Kicis

Deputada compartilhou mensagem que afirma que dados de levantamento na base militar dos EUA registram aumento de condições médicas adversas relacionadas à vacinação contra Covid-19

A postagem continuou no ar e não foi incluído selo de desinformação

A postagem recebeu mais **4 mil** curtidas após a denúncia do GLOBO

Editoria de Arte

Mídia da Universidade da Virginia e de Harvard, nos Estados Unidos, o pesquisador David Nemer avalia que não há transparência e cri-

tério claro sobre quais conteúdos devem ou não ser alvo de ações das redes. Ele defende que as plataformas identifiquem e atuem com

foco em perfis centrais na cadeia de desinformação: — Campanhas de desinformação são lideradas por poucas contas. Quando o Donald

Trump perdeu a eleição, e houve disseminação sobre fraudes, uma dezena de contas liderava a campanha. Uma vez removidas, a desinformação caiu bastante. Não é preciso remover todas as contas, mas identificar quais são os hubs de desinformação. Isso qualquer rede consegue, mas não acontece porque são contas que geram engajamento, e engajamento é dinheiro para as redes sociais.

Fundadora e coordenadora do NetLab, laboratório vinculado à Escola de Comunicação da UFRJ, Rose Marie Santini ressalta que as plataformas têm se esquivado de atuar especialmente contra perfis de “parlamentares, celebridades e famosos”, figuras que movimentam os debates nas redes. A especialista também questiona a demora no tempo de resposta das plataformas e o impacto que isso pode causar, por exemplo, no cenário eleitoral.

— É gravíssimo. Sabemos, por estudos históricos, que o voto é decidido nos últimos dias para a maioria dos eleitores indecisos. Se uma fake news é disseminada dois dias antes da votação, pode alterar o resultado, com esses indecisos. O tempo de resposta é completamente insatisfatório.

IMPULSO PÓS-ALERTA

O Facebook incluiu um selo de mensagem parcialmente enganosa em uma postagem em que Bia Kicis compartilhou um vídeo de um homem que se diz inventor das vacinas de mRNA e afirma que elas não estão funcionando, conteúdo já classificado como falso por serviços de checagem. A postagem foi denunciada pelo GLOBO no dia 26 de janeiro. Após o alerta, a publicação somou mais 7 mil compartilhamentos e 9,1 mil curtidas, além de totalizar 110 mil visualizações de vídeo.

A plataforma também incluiu um selo de mensagem “parcialmente falsa” em um vídeo em que Magno Malta lança dúvidas sobre a segurança de vacinas contra a Covid-19 em crianças. O post foi denunciado pelo GLOBO no dia 1º de fevereiro, mas só recebeu o selo dez dias depois, na sexta-feira, quando o Facebook já sabia que o aviso era parte do teste para a reportagem. Até a denúncia, o vídeo contava com 74 mil visualizações, e ainda somou mais 71 mil depois do aviso, chegando a 145 mil.

No Instagram, o vídeo teve mais 69,7 mil visualizações após a denúncia, mas não recebeu o mesmo selo de mensagem “parcialmente falsa”. A plataforma incluiu na parte inferior uma mensagem em que afirma que as vacinas passam por vários testes de segurança e eficácia.

Já o Twitter suspendeu a conta da médica infectologista Roberta Lacerda. O GLOBO denunciou no dia 2 de fevereiro uma postagem da conta com um link em que se dizia que a vacina contra a Covid-19 é experimental e ineficaz. No dia seguinte, o perfil não estava mais no ar. O Twitter também incluiu um selo de mensagem enganosa em uma postagem da revista “Oeste” com a afirmação falsa de que, segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), órgão de saúde dos Estados Unidos, haveria 12 mil mortes relacionadas a vacinas contra a Covid-19. Em nota, a revista afirmou que a reportagem é fruto de “apuração jornalística”, não configura desinformação e não é enganosa.

“SEM PAPEL DE ARBITRAR”

A Meta, controladora do Facebook e do Instagram, informou que conta com parceiros independentes para a verificação de fatos, mas que não envia conteúdo de políticos eleitos para a revisão, caso da maioria das postagens denunciadas pelo GLOBO. “Não acreditamos que seja nosso papel arbitrar debates políticos e impedir que o discurso de um representante eleito chegue ao seu público e seja alvo de amplo debate e escrutínio”, destacou. A Meta afirmou que não permite “desinformação grave sobre Covid-19 que possa colocar a vida das pessoas em risco”.

O Twitter afirmou em nota que, como informado no anúncio do teste de denúncia de desinformação, feito em janeiro, pode “não avaliar todas as denúncias e não responder a cada uma delas, uma vez que o objetivo do experimento é ajudar a identificar novas narrativas e aprimorar os esforços de enfrentamento à desinformação”.

Integrante da Coalizão Direitos na Rede e representante do terceiro setor no Comitê Gestor da Internet (CGI), Bia Barbosa defende uma discussão mais ampla sobre a formulação das regras apresentadas pelas plataformas:

— Trata-se de uma seara que não é só a discussão sobre se as redes estão aplicando as regras ou não, mas sobre quais regras deveriam existir e sobre em que espaços essas políticas e diretrizes da comunidade são definidas, para que isso não seja uma discricionariedade só dessas empresas. Elas já são bastante poderosas em relação à definição do fluxo de conteúdo na rede.

Os deputados Bia Kicis, Filipe Barros e Carla Zambelli não retornaram aos pedidos de posicionamento. O ex-senador Magno Malta não foi encontrado.

“As contas que disseminam desinformação geram engajamento, o que é dinheiro para as redes sociais”

David Nemer, professor da Universidade da Virginia e de Harvard

“Fake news podem alterar o resultado de uma eleição. O tempo de resposta das plataformas é completamente insatisfatório”

Rose Marie Santini, coordenadora do NetLab, laboratório vinculado à UFRJ